



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA – ESTADO DO PARANÁ

Pregão Eletrônico nº 046/2023

Processo Licitatório nº 083/2023

A empresa **BC GESTAO DE FROTAS E ABASTECIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.420.756/0001-30, já qualificada no certame em epígrafe vem, por intermédio de sua sócia administradora que ao final subscreve, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela recorrente PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, cujos fundamentos se prestam para a manutenção da decisão de habilitação da recorrida, ante o atendimento integral a todas as condições editalícias, conforme a seguir exposto.

1. DOS FATOS

A recorrida se sagrou vencedora no certame Pregão Eletrônico nº 046/2023, realizado pelo Município de Nova Fátima, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Município.

Por ter cumprido com todas as exigências contidas no Edital, a licitante foi declarada habilitada no certame, pelo que se abriu a fase recursal, momento em que a empresa recorrente se manifestou, fundamentando suas razões recursais em

www.bcfrotas.com.br
licitacao@bcfrotas.com.br
juridico@bcfrotas.com.br



simples conjecturas, sem qualquer fundamento concreto e trazendo a estes autos licitatórios informações de certames alheios e de concorrentes que sequer participaram deste pregão e em nada se relacionam com a habilitação da recorrida.

Ao final, a recorrente pugna pela desclassificação da empresa, por supostamente não cumprir com o exigido no edital.

Ocorre que não passam de meras alegações, sem qualquer fundamento plausível, vez que a empresa recorrida cumpriu satisfatoriamente todas as condições exigidas no instrumento convocatório, bem como apresentou a proposta mais vantajosa e válida no certame, razão pela qual as razões recursais não merecem prosperar, conforme fundamentos de direito a seguir.

2. CONTRARRAZÕES

2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DEVIDAMENTE COMPROVADAS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E JULGAMENTO OBJETIVO PELA ADMINISTRAÇÃO

A recorrente alega ausência de comprovação técnica na medida em que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não seriam, em tese, suficientes para a comprovação de que está apta a executar o futuro contrato.

Sem razão.

O instrumento convocatório definiu expressamente quais são as condições para qualificação técnica ou operacional, conforme item 23.28 do Edital, assim disposto:



23.28 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Pelas regras previamente definidas pelo instrumento convocatório, basta que a licitante vencedora apresente 01 (um) atestado de capacidade operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e que seja compatível com o objeto licitado em características, prazos e quantidades, para que cumpra com as condições de qualificação técnica.

Quanto a tal exigência, a recorrida apresentou atestado de capacidade técnica fornecido pelo Município de Wenceslau Braz, referente aos serviços prestados por força do Contrato Administrativo nº 087/2022, que também foi apresentado junto do atestado.

Além do atestado de Wenceslau Braz, também apresentou atestado de capacidade técnica emitido pelo CIS5RS, referente ao Contrato Administrativo nº 017/2022, originado da Ata SRP nº 035/2022, que também foi apresentada junto do atestado.

Por meio dos documentos fica amplamente comprovada a capacidade técnica da recorrida, pois os órgãos da Administração Pública lá atestam, expressamente, que a empresa prestou serviços de gerenciamento de frota por meio de sistema eletrônico de forma satisfatória em ambas as ocasiões.

Uma vez apresentados os atestados, descrevendo o serviço prestado, o quantitativo e o prazo, e sendo estes compatíveis com o objeto do certame, não há que se falar em inabilitação por ausência de qualificação técnica ou operacional.



Ao que tudo indica a recorrente tenta, de forma ardilosa e que beira a má-fé, exigir que os atestados possuam o mesmo valor de referência, prazo e quantidade deste certame.

Ocorre que o argumento não merece prosperar de todas as maneiras possíveis.

O edital faz lei entre as partes, definindo ‘as regras do jogo’ de maneira prévia e pública, tudo a fim de garantir plena ciência entre os licitantes acerca das condições para disputa, habilitação, classificação e execução do futuro contrato administrativo.

Após publicado, acaso não impugnado de maneira tempestiva, é impossível alterar o seu teor, nem mesmo para eventual favorecimento à Administração ou Administrado. As condições de participação e execução do contrato se tornam imutáveis.

A Lei de Licitações define o caráter vinculante do Edital em seu art. 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Se a Comissão Permanente de Licitação condicionou a habilitação de determinada licitante mediante a apresentação de **01 (um)** atestado de capacidade técnica com o objeto licitado ela está **obrigada** a declarar a empresa habilitada no certame, pois cumpriu com a exigência constante no Edital.

Não se pode criar extensões para habilitação após publicado o edital, conforme intenta a recorrente. Caso julgasse imprecisa a exigência editalícia, deveria ter impugnado, o que não o fez a tempo.



Nestes casos a discricionariedade da Administração é vedada, devendo julgar as condições de habilitação dos licitantes a partir de critérios objetivos e previamente definidos, sob pena de figurar ato coator e contrário ao direito, pois ofenderia o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Quanto ao tema, é o posicionamento jurisprudencial:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. CONVOCATÓRIO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE - ART. 30 DA LEI N. 8.666/93 1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. 3 - A qualificação técnica do licitante deve ser comprovada mediante a apresentação dos documentos previstos no art. 30 da Lei n. 8.666/93.

(TJ-MG - MS: 16590309120228130000, Relator: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 28/04/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/05/2023)

O instrumento convocatório definiu em seu item 23.28 as condições para qualificação técnica, as quais foram satisfeitas mediante a apresentação do atestado de capacidade técnica. Assim, a Administração está obrigada a declarar a licitante habilitada, como bem fez.

De uma forma forçosa e sem qualquer fundamento, alega impossibilidade de admitir o atestado de capacidade técnica emitido pelo CIS5RS, porque *“não teria sido concluído o contrato”*.



Não há qualquer vedação na emissão de atestados de capacidade técnica durante a execução contratual, desde que tenha transcorrido prazo razoável capaz de confirmar a execução satisfatória dos serviços.

O CIS5RS afirma, expressamente, que nos últimos **11 meses** os serviços foram prestados a contento, não existindo qualquer conduta que desabone a BC Gestão de Serviços.

Trata de um documento com fé pública, assinado pelo órgão emitente, que comprova a prestação dos serviços de forma satisfatória em quantidade e prazo similar ao objeto contratado pelo Município de Nova Fátima.

O único julgado apresentado pela recorrente não é capaz de desconstituir a validade do documento, até porque a recorrente utiliza de Orientação Normativa destinada à **União** e não aos Municípios, ou seja, **impertinente para o caso concreto**, conforme exposto no art. 1º da ON nº 6/2018:

Art. 1º Esta Orientação Normativa objetiva padronizar os procedimentos para a emissão de Atestado de Capacidade Técnica pelas áreas técnicas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, responsáveis pelo seu fornecimento.

Ademais, tão somente caso a Administração julgue pertinente, dentro do seu dever de diligência, que diligencie junto aos Órgãos emitentes dos atestados de capacidade técnica e se assegure da higidez dos documentos e dos serviços lá prestados.

Lado outro, em uma nova tentativa de conduzir esta Comissão a erro, a recorrente adentra na esfera privada da recorrida e apresenta balanço patrimonial, aduzindo incapacidade econômico-financeira.



Ilmo. Pregoeiro, **as condições de participação, habilitação e execução do processo licitatório foram expressamente definidas no instrumento convocatório.**

Compulsando o edital, verifica-se que esta é condição para qualificação econômico-financeira a apresentação de balanço patrimonial, na forma do item 23.22, o que foi cumprido pela recorrida.

Veja que a Administração já realizou análise do balanço patrimonial da empresa, afirmando que o documento está de acordo com os requisitos insculpidos no instrumento convocatório.

Assim, tendo sido apresentados pela recorrida todos os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, inclusive balanço patrimonial com índices contábeis em conformidade com o mínimo exigido, a empresa **está objetivamente qualificada.**

A recorrente pretende discutir a respeito de questões as quais **sequer são pertinentes para a realização do procedimento licitatório**, entretanto, não cabem discussões a partir das ilações da recorrente, principalmente diante da aplicabilidade do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já mencionado acima, somado ao princípio do **julgamento objetivo** pela Administração.

O que cabe à Administração, dentro de seu dever, é analisar se a licitante apresentou toda a documentação exigida pelo instrumento convocatório, analisar objetivamente o teor dos documentos conforme expressamente definido no Edital e, caso a licitante tenha cumprido com a integralidade das exigências, a Administração deve declarar a licitante **habilitada** no certame, sem qualquer espaço para subjetivismos ou discricionariedade neste momento processual de análise das condições de habilitação.

Realizar qualquer análise acerca de autos alheios apresentados pela recorrente seguramente virá a representar ofensa ao princípio do julgamento objetivo, pois extrapola as condições do edital, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União:



REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993). **No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 44 da Lei nº 8.666/1993).** O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle (art. 45 da Lei nº 8.666/1993)

(TCU 00863420091, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de Julgamento: 07/10/2009)

Ante o exposto, sob os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo pela Administração, requer sejam expurgados os argumentos da recorrente, mantendo a decisão de habilitação da recorrida, que cumpre com todas as condições do Edital.

2.2. DO SISTEMA DE GESTÃO DE FROTAS

A recorrente alega, sem qualquer fundamento, descumprimentos dos requisitos no que diz respeito ao sistema de gerenciamento de frotas da recorrida, apresentado à Administração que aprovou o sistema durante a prova de conceito realizada.



Ao contrário do alegado, durante a apresentação do sistema ao Município de Nova Fátima ficou comprovado o cumprimento de cada item constante na tabela de prova de conceito, tendo sido aprovado, conforme Relatório de Avaliação exarado pela Administração durante a reunião de avaliação.

A tabela da prova de conceito foi preenchida pela Administração como “atende” em todos os 10 itens que a compõem, não havendo que se falar em qualquer descumprimento.

Veja que todas as alegações de descumprimentos vêm se qualquer prova do alegado, apenas partindo de suposições a fim de conduzir este Município a erro. De todo modo, ficam desde já impugnadas todas as alegações da recorrente.

O Município é o destinatário final do sistema de gerenciamento, sendo ele quem considera cada item da prova de conceito atendido ou não, posto que é de seu interesse.

Além disso, os servidores públicos designados para avaliação do sistema da empresa possuem fé pública, tendo todos, de forma unânime, afirmado que o sistema **atende de forma satisfatória todas as exigências constantes no edital quanto ao sistema da recorrida.**

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. DESCREDECIMENTO DA IMPETRANTE POR TER APRESENTADO O ESTATUTO SOCIAL EM CÓPIA SIMPLES DESACOMPANHADA DO ORIGINAL E PELA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA ATA DE ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA. DESCUMPRIMENTO DOS ITENS 4.2.2, ALÍNEA C, E 4.6 DO EDITAL. DILIGÊNCIA FEITA PELO PREGOEIRO NO SISTEMA SICAF NA SESSÃO DO PREGÃO QUE RESTOU INFRUTÍFERA POR ENCONTRAR DOCUMENTAÇÃO VENCIDA. **FÉ PÚBLICA DO PREGOEIRO NA CONDUÇÃO DO CERTAME.**



PRESUNÇÕES DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE NÃO ELIDIDAS. SANEAMENTO DOS DOCUMENTOS EM MOMENTO POSTERIOR À SESSÃO DO PREGÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 85, § 3º, DA LEI Nº 15.608/2007. NULIDADE DO ITEM 6.1.3 DO EDITAL. AFASTAMENTO. NORMA EDITALÍCIA QUE SE LIMITA A DAR CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 74 DA LEI ESTADUAL Nº 15.608/2007. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.726/2018. INOCORRÊNCIA. ITEM 4.6 DO EDITAL EM CONSONÂNCIA COM O REFERIDO DIPLOMA LEGAL. POSSIBILIDADE DE AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA DE DOCUMENTO POR AGENTE ADMINISTRATIVO MEDIANTE COMPARAÇÃO COM O ORIGINAL. ILEGALIDADE, FALTA DE RAZOABILIDADE E EXCESSO DE FORMALISMO NÃO EVIDENCIADOS. DESCREDECENCIAMENTO DA IMPETRANTE QUE SIGNIFICOU CUMPRIMENTO E RESPEITO ÀS REGRAS DO EDITAL, DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. SEGURANÇA DENEGADA. Os princípios da legalidade, da vinculação ao edital e da isonomia impõem à Administração Pública a tomada de decisões objetivas e vinculadas às normas de regência do certame. A impetrante apresentou o estatuto social em cópia simples, desacompanhada do original, e deixou de apresentar a ata de eleição dos administradores da companhia, descumprindo assim os itens 4.2.2, alínea c, e 4.6 do Edital de Pregão Presencial nº 02/2019, **fatos devidamente certificados pelo Pregoeiro, autoridade possuidora de fé pública na condução do certame, cujos atos são revestidos da presunção de legitimidade e veracidade.** Não se admite a apresentação ou substituição de documentos posteriormente à sua entrega na sessão do Pregão, nos termos do artigo 85, § 3º, da Lei nº 15.608/2007. O item 6.1.3 do Edital de Pregão Presencial nº 02/2019 não padece de nulidade, tendo em vista que se limita a dar cumprimento às exigências previstas no artigo 74 da Lei Estadual nº 15.608/2007. Segurança denegada.



(TJ-PR - MS: 00109274320198160000 PR 0010927-43.2019.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargador Mário Helton Jorge, Data de Julgamento: 10/03/2020, Órgão Especial, Data de Publicação: 11/03/2020)

Portanto, não existindo qualquer fundamento concreto da recorrente que desconstitua a fé pública dos avaliadores do sistema designados pela Comissão Permanente de Licitação, e tendo sido comprovado mediante a prova de conceito o cumprimento integral de todas as exigências constantes no instrumento convocatório deve ser mantida a decisão de classificação da recorrida, com o total indeferimento do recurso.

2.3. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

A recorrente aduz, ainda, inexecuibilidade da proposta.

Contudo, sem razão.

Analisando as razões recursais se verifica que a Recorrente não traz prova mínima da inexecuibilidade da proposta vencedora, apenas trazendo à baila diversas suposições ilógicas e que deixam a própria recorrente em situação de contradição.

Antes mesmo de contrarrazoar, cabe destacar que a comprovação mínima da inexecuibilidade da proposta **é ônus exclusivo daquele que alega, contudo, a recorrente não trouxe qualquer prova que pudesse demonstrar eventual inexecuibilidade.**

De todo modo, a própria Administração Pública pode realizar diligências para assegurar a exequibilidade da proposta, situação prevista também no item 6.10 do Edital, que assim dispõe:



6.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

É sabido que a Administração objetiva selecionar a proposta mais vantajosa no certame, ou seja, aquela cuja taxa de administração seja a menor para o Município, desde que a empresa proponente cumpra com a integralidade dos requisitos editalícios.

Neste sentido, não se pode de forma alguma atribuir subjetividade na classificação das propostas. Em outras palavras, não pode a Administração deixar de balizar o que é e o que não é exequível para ela.

Assim, o instrumento convocatório estabeleceu as balizas para definição daquilo que é ou não exequível para a Administração, estando estritamente vinculado ao edital, na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

O instrumento convocatório é claro e segue a orientação legal e jurisprudencial: a taxa poderá ser negativa e o fato **não significará inexecuibilidade**.

O Edital está em compasso com a legislação, principalmente com a Instrução Normativa nº 73/2022 SEGES, que orienta sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Isso porque a IN prevê, em seu art. 34, *caput*, que os serviços em geral (incluindo gerenciamento da frota automotiva) **poderão** ser inexecuíveis se inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

Em outras palavras, caso a proposta seja inferior a 50% do valor de referência estipulado pela Administração – **o que não é o caso concreto** –, o Órgão contratante deverá diligenciar a fim de assegurar que o licitante reúne condições de honrar com a proposta.

A proposta está apenas 40,19% abaixo do valor de referência, demonstrando por si só sua exequibilidade. E, mesmo que estivesse abaixo disso, ainda deveria ser oportunizada a demonstração da exequibilidade, que é auferida a partir de critérios objetivos é que a Administração deve conduzir o certame.



Ilmo. Pregoeiro, **a operação é viável e superavitária**, não existindo prova mínima do contrário.

Ainda que a operação eventualmente não demonstre evidente lucro, o Tribunal de Contas da União possui forte entendimento de que o fato, por si só, não pode ser fundamento para recusa de propostas, conforme pode se verificar do enunciado a seguir (Acórdão 3092/2014 – Plenário):

“A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexecuibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta”.

No ramo de gestão de frotas o enunciado é ainda mais pertinente na medida em que a taxa de administração não é a única forma de remuneração do contratado, cite-se a taxa de credenciamento cobrada da rede credenciada, cobrança expressamente autorizada pelo ordenamento jurídico.

Quanto ao tema, é a jurisprudência:

REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO. 1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz,



necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário). 2. A desclassificação de proposta por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário).

(ACÓRDÃO 3092/2014 – PLENÁRIO – RELATOR BRUNO DANTAS DATA DA SESSÃO 12/11/2014)

Portanto, em atenção ao julgamento objetivo pela Administração é que a recorrida deve ser mantida classificada no certame, por haver apresentado a proposta mais vantajosa e **exequível**.

Conforme se verifica dos últimos certames disputados pela recorrida, cujos resultados se encontram em anexo, ao contrário do alegado pela recorrente o desconto ofertado **acompanha** o mercado de gerenciamento de frotas, vide as melhores propostas dos últimos certames em que a BC Frotas participou:

PREGÃO	ÓRGÃO	VENCEDOR	PROPOSTA
023/2023	Município de Governador Jorge Teixeira/RO	QFROTAS Sistemas LTDA	-34,00%
036/2023	Município de Nova União/RO	LOGCARD EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES EIRELI	-35,61%
017/2023	Município de Matões do Norte/MA	F W V DE ANDRADE ESOLUCOES	-30,00%
04/2023	Município de Imbaú/PR	CAROLINA DE PROENCA STONOGA EIRELI	-40,15%
37/2023	Município de Botelhos/MG	QFROTAS SISTEMAS S/A	-33,10%

Conforme se verifica dos certames acima, há claro equívoco pela recorrente ao afirmar que as taxas ofertadas são inexecutáveis, visto que está dentro daquilo previsto pelo mercado.



Assim sendo, diante da ausência de prova mínima da inexecutabilidade, tem-se que a proposta da Recorrida se mostrou a mais vantajosa, cujo percentual de desconto mostra-se razoável, traz lucro para a empresa e demonstra que não operará em prejuízo, além de estar em conformidade com o que foi previamente definido em Edital.

2.4. INEXISTÊNCIA DE SUBCONTRATAÇÃO

Ainda, a recorrente alega a subcontratação do software.

Novamente sem razão.

Em primeiro lugar, vale lembrar que cada procedimento licitatório tem suas peculiaridades e suas exigências, as quais ficam expressamente consignadas no instrumento convocatório, que representa uma identidade única para aquele certame.

Assim, a recorrida está vinculada **a este processo licitatório e não ao do CIUENP**, sendo que a recorrente em uma atitude de extrema má-fé tenta inserir cláusulas editalícias daquele certame neste, **o que de todo modo é defeso à Administração.**

Tal atitude **figuraria evidente ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, disposto no art. 41 da Lei 8.666/93 e que expressamente define o efeito vinculativo do Edital tanto em face da Administração quanto em face dos Administrados, não podendo se fazer valer de condições que não estavam definidas previamente no documento.

Em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, especialmente ao item 19 do termo de referência, cumpre destacar que **a Recorrida possui sistema próprio, conforme documento em anexo que comprova a titularidade do software.**



Ante o exposto, sem se estender ao tema, requer que sejam rechaçadas as levianas alegações da recorrente no que diz respeito ao software da recorrida, por não haver prova mínima do alegado, tendo a BC FROTAS cumprido de forma integral toda e qualquer exigência editalícia no que diz respeito ao sistema apresentado.

2.5. DO SUPOSTO GRUPO ECONÔMICO

Por fim, a recorrente ventila suposta ligação entre a empresa e concorrentes.

Quanto a suposta ligação, sem maiores digressões no assunto, não há prova mínima do alegado, sendo que a recorrida desconhece as empresas mencionadas pela recorrente, independentemente de estas terem relação comercial com o mesmo fornecedor do sistema contratado pela empresa.

A recorrente trouxe as repetidas alegações aventadas em outro certame de mesmo objeto, realizado pela autarquia EMBRAPA UVA E VINHO DE BENTO GONÇALVES/RS, Pregão Eletrônico nº 20/2023, sendo que, naquela oportunidade, o Ilmo. Pregoeiro rechaçou qualquer possibilidade de guarida ao fundamento da recorrente, conforme decisão administrativa em anexo e a seguir transcrita:

Após análise da comissão de licitação, em conjunto com a assessoria jurídica da Embrapa, referente as razões consignadas nos recursos apresentados no Pregão SRP 20/2023, será adotado o que segue:

1) Recurso apresentado pela empresa NP3 Comércio e Serviços Ltda. Exequibilidade da Proposta: Os argumentos expostos pela



recorrente não merecem acolhimento, visto que a empresa vencedora declarou no chat a exequibilidade de sua proposta. Além disso o contrato a ser celebrado será fiscalizado para que a proposta seja cumprida.

*2) Recurso apresentado pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda: 2.1) Risco financeiro da contratação em decorrência de informações constantes no Balanço Patrimonial: Os argumentos expostos pela recorrente não merecem acolhimento, visto que o Balanço Patrimonial e os índices de liquidez apresentados atendem as exigências Edital; 2.2) Subcontratação do objeto contratual: Os argumentos expostos pela recorrente não merecem acolhimento, visto que consta expressamente no Edital que será admitida a subcontratação do objeto licitatório; 2.3) Comprovação de Qualificação Técnica: Os argumentos expostos pela recorrente não merecem acolhimento, visto que não foi exigido atestado com prazo de 12 meses e sim a comprovação da capacidade técnica para a execução do serviço; **2.4) Atividade organizada de empresas, com o fim de fraudar o resultado de licitações: Os argumentos expostos pela recorrente não merecem acolhimento, visto que se realizou diligências e não foi comprovada a existência de sócios em comum entre as empresas citadas e também não foi vislumbrado nenhum impedimento indireto da empresa vencedora.***

CONCLUSÃO

1) PROVIMENTO NEGADO para o recurso apresentado pela empresa NP3 Comércio e Serviços Ltda;

2) PROVIMENTO NEGADO para o recurso apresentado pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.



Sendo assim, a empresa BC Gestão de Serviços Ltda será mantida como vencedora do certame.

A decisão é escoreita na medida em que se caracteriza grupo econômico quando 2 (duas) ou mais empresas estiverem sob a direção, o controle ou a administração de uma delas, compondo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.

Veja que a recorrente não traz prova mínima de existência destas características, mas se utiliza de uma prova de conceito de um certame alheio, no qual um representante da FFG INFO é quem foi responsável pela apresentação do sistema, para alegar a existência de grupo econômico.

A empresa FFG INFO é uma empresa especializada em desenvolvimento de software, que atende diversas outras empresas, todas concorrentes entre si nos mais diversos certames que ocorrem diariamente, não criando qualquer vínculo entre elas tão somente pela relação comercial entabulada.

O que o fornecedor do sistema acessa em seu computador ou deixa de acessar diz respeito tão somente a ele, beirando a má-fé da empresa licitante aduzir conexão sob este fundamento.

Nesse aspecto, a tela com logotipo de outra concorrente está no computador do responsável pelo sistema, o qual presta serviços para outras empresas, inexistindo vínculo entre elas, sendo um esforço desproporcional da própria Recorrente.

Convém destacar que a empresa Recorrida possui licença do software adquirido junto a empresa FFG, conforme licença em anexo, sendo de sua total propriedade contida na licença do sistema de gestão de frotas ofertado neste certame.

Além disso, a recorrida informa que em suas provas de conceito já não utiliza prepostos da FFG INFO, utilizando de profissionais internos, justamente a fim de extirpar toda e qualquer alegação absurda de grupo econômico, o qual a recorrente alega paulatinamente em cada certame que a recorrida participa.

www.bcfrotas.com.br
licitacao@bcfrotas.com.br
juridico@bcfrotas.com.br



Lado outro, no que diz respeito ao e-mail utilizado, verifica-se que trata de um e-mail de contato registrado para um domínio que sequer dá para se assegurar da veracidade, pois trata de um documento apócrifo.

Ilmo. Pregoeiro, questiona-se: qual a conexão **contundente** que o recorrente apresenta para ligar o e-mail destacado com a pessoa da “Andreia”, que, vale ressaltar, a recorrida sequer conhece? **Nenhuma!**

Ainda assim, mesmo que se apresentasse qualquer e-mail semelhante e que seja utilizado pela empresa que supostamente forma o grupo econômico (prova inexistente), a mera semelhança de e-mails não é motivo hábil para aduzir a existência de grupo econômico.

Não há qualquer similaridade de sócios entre as empresas, prova mínima do alegado grupo econômico.

Outrossim, quanto às mencionadas sanções aplicadas em desfavor de outras concorrentes que nem mesmo participaram deste certame, a recorrida sequer tem ciência destas sanções, muito menos dos contratos que as originaram, tendo sido firmados por empresas concorrentes que nada têm a ver com a recorrida, pelo que desconhece tais fatos, devendo a recorrente focar no presente certame.

Em suma, a recorrente apresenta documentos, publicações de diários oficiais e atas notariais que são completamente desconhecidos pela BC Frotas, visto que dizem respeito a uma empresa que a recorrida sequer conhece, apenas sabe ser uma concorrente direta em compras públicas.

A suposta ligação com terceiros e subcontratação não passam de mais uma tentativa de desclassificação da empresa, com motivações infundadas e que não se prestam para o ilegítimo fim pretendido pela recorrente.

A relação com a empresa FFG é estritamente comercial e que sua atividade principal é o desenvolvimento de software, sendo essa apenas uma ferramenta.



Ou seja, o sistema foi desenvolvido pela FFG e comercializado para a Recorrida, em uma relação estritamente comercial, cedendo uma licença de uso, sendo que todas as atividades inerentes a gestão de frotas deste contrato será realizada integralmente pela BC FROTAS.

Veja que a licença adquirida é dedicada a empresa BC FROTAS, a qual possui uma estrutura própria de atendimento, inexistindo qualquer subcontratação, apenas a aquisição de um sistema de uma empresa especializada.

Portanto, diante de todo o exposto, deve ser negado provimento ao recurso administrativo ora interposto, não havendo qualquer óbice na continuidade da contratação junto a recorrida, visto que a empresa cumpriu com a integralidade das condições editalícias, bem como possui sistema capaz de atender de forma satisfatória à Administração, estando apta e qualificada para a prestação do serviço junto ao Município.

3. PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

A) o imediato recebimento das presentes contrarrazões, por tempestivas, nos termos da lei aplicável;

B) a exclusão dos presentes autos licitatórios de qualquer documento de terceiros, em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo pela Administração, porquanto impertinentes para o julgamento do recurso administrativo;

C) que seja negado provimento ao recurso administrativo, sendo mantida a decisão de habilitação da empresa BC FROTAS e dando continuidade no certame, com a subsequente assinatura do contrato de prestação de serviços, uma vez



que a empresa cumpre todas as exigências do edital e está apta para a prestação a contento;

Em não sendo este o entendimento, o que não se acredita, mas se cogita apenas por amor ao direito, que seja submetido o recurso e estas contrarrazões à Autoridade Superior competente para apreciação final.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável à Recorrida.

Termos em que.

Espera-se o deferimento.

Itajaí/SC, 3 de outubro de 2023.



JULIANE KELLY MAIA
REPRESENTANTE LEGAL
BC GESTAO DE FROTAS E ABASTECIMENTO LTDA